

## **A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A POLÍTICA PÚBLICA DO PNAIC: Em(foco) a formação de Professor**

Mnda. Suzana Maria de Queiroz Bento<sup>1</sup> – Universidade Federal de Campina Grande/PB

**Orientadora:** Profa. Dra. Roziane Marinho Ribeiro - UFCG

**RESUMO:** Este artigo discute as principais ideias do pensamento educacional brasileiro desde a Colônia até os dias atuais e como a formação de professor foi sendo construída. Toda a periodização foi estudada à luz da hegemonia que, por meio das lutas de classes, aponta claramente para a dualidade do ensino e para o forte empreendimento das camadas das elites objetivando à formação dos seus dirigentes. Todo processo histórico foi apresentado a partir de questões sócio-político-econômico-ideológicas que têm grande influência na educação ofertada a um povo. Tem-se, pois uma reflexão acerca da educação como dualidade da escola que deveria ser laica, gratuita e para todos. Baseamo-nos em TEIXEIRA, NAGLE, LOMBARDI e SAVIANI. Uma possível conclusão é que mudam os períodos históricos, mas os fatos são os mesmos, como aconteceu com a formação do PNAIC que foi atingido diretamente por uma política dominante e pelos problemas de ordem ideológica e econômica.

**PALAVRAS-CHAVE:** ESCOLA PÚBLICA, DUALIDADE DE ENSINO, FORMAÇÃO DE PROFESSOR, PNAIC

### **I Introdução**

O presente artigo pretende discutir como se constitui(u) a formação de professor nos períodos da história brasileira levando em conta o contexto sócio-histórico-político-econômico-pedagógico e como as políticas públicas se efetivam(ram) e ainda como, hodiernamente, estas estão sendo ofertadas e como chegam aos professores, de uma vez que ainda existe a dualidade no/do ensino e as classes hegemônicas continuam com os ideários de visar a uma educação de qualidade x quantidade, dando acesso a todos, especificamente, às crianças com idade de 06 a 08 anos, como o Pacto para alfabetizá-las na idade certa. Contudo, muitas vezes essas formações são (des)continuadas com propósitos políticos. Tem-se, pois, que o índice de qualidade para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é uma preocupação dos governos, seja na esfera federal, distrital, estadual e/ou municipal, mas não há uma sistematização de uma política consolidada, com objetivos claros, definidos, com valorização ao professor e nem tampouco preocupação com o acompanhamento de as realidades sociais em que vivem os sujeitos histórico-

<sup>1</sup> MESTRANDA EM EDUCAÇÃO PELA UFCG e ANALISTA MINISTERIAL PEDAGOGA - MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

sociais do processo educativo: alunos e professores, sendo então a educação como privilégio de poucos.

Como parte de uma microanálise de nossa pesquisa em curso, intitulada “EFEITO RETROATIVO NA FORMAÇÃO E NO AGIR DOCENTE DE PROFESSORAS EGRESSAS DO PNAIC: as práticas de letramento como foco de análise”, realizada na Universidade Federal de Campina Grande/PB, este artigo, expõe um pouco a historicidade da educação pública brasileira e traz uma reflexão sobre a formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) O nosso referencial teórico baseia-se nos estudos de Nagle (2001), Lombardi (2005), COLEÇÃO GRANDES PENSADORES BRASILEIROS, Anísio Teixeira (1957) e nos documentos do PNAIC (desde 2013), além de estudos na área de formação de professor. Tem, pois, nesse momento do estudo, um enfoque mais bibliográfico.

## **II Um breve histórico da Escola no Brasil Colônia, Império e República**

A historiografia da escola pública no Brasil se faz necessário para podermos traçar um panorama do que foi a educação no Período da Colônia, Império e República. Começamos analisando qual o papel que a Colônia tinha para a formação da educação do homem.

As camadas dominantes, mantidas pelos setores detentores dos bens materiais e de poder que foram formados no Brasil para civilizarem em nome da Coroa portuguesa, tinham que colocar o povo numa condição de superveniência às elites europeias e o projeto de nação era baseado na condição de subalternidade que era/é um processo de convencimento de que o outro precisa ser do jeito que é: baseado na dominação e subordinação.

A nossa história da educação começa na ótica das grandes transformações sociais, políticas e econômicas no panorama mundial, especificamente, o europeu. É um período de indefinição sobre o que é o Estado, haja vista ser o período de grandes críticas à sociedade feudal e houve a desestruturação da velha educação que faz surgir a necessidade de elementos novos para um novo homem que não havia se percebido ainda e isso levaria à necessidade de um novo referencial, de novos paradigmas. O mundo estava em ebulição com as grandes navegações e a invenção da bússola teve grande papel na conquista de novos mundos. As primeiras universidades estavam surgindo como a de Bologna, Coimbra, Lisboa, Sorbone, Cambridge e estas foram se consolidando como referência de/para o conhecimento dos aristocratas que concentravam as riquezas e o conhecimento nas mãos deles.

Neste contexto, “nós fomos descobertos” por Portugal. O mercantilismo estava em grande efervescência e a ânsia de a burguesia que ainda era a classe trabalhadora, acabara ganhando

importância econômica e política. Assim, o mercantilismo foi a “pá de terra” nas estruturas feudais e a partir dos séculos XV e XVI, já se vislumbrava um novo modelo de organização de sociedade.

Para Saviani (2008), devem ser consideradas as ideias pedagógicas a partir da presença de os jesuítas no Brasil, especialmente no chamado Período Heroico; estas não se definem por simples derivação da concepção religiosa (católica) do mundo, sociedade e educação. Deram origem a práticas educativas que concretizaram o necessário ajuste entre as ideias educacionais e a realidade específica da colônia brasileira. No Brasil Colônia, ainda não havia um projeto de escola. As classes dominantes eram quem tinham acesso à escola através da formação das elites e a instrução para os filhos dos trabalhadores. Nesse projeto de governo, não havia uma reflexão sobre escola universal. Houve uma reação católica a *RATIO STUDIORIUM*, no início do Século XVII e a realidade no Brasil Colônia que era para atender a uma demanda social em seus aspectos de uma formação educacional com profundidade científica baseada nela, para manutenção do *status quo*, estava em ameaça. Assim, jesuítas, dominicanos e franciscanos são expulsos do Brasil e assumiu a educação o Marques de Pombal que estabeleceu as aulas régias, onde eram cobrados os subsídios literários<sup>2</sup>. Na tentativa de sanar a deficiência no ensino, como a má estrutura e problemas no ensino, o Marquês de Pombal editou um Alvará em 28 de junho de 1759, instituindo as aulas régias para atenderem ao ensino elementar de letras e humanidades, bem como ofertando classes de Gramática Latina, Grego e Retórica.

Na década de 1770 o sistema foi aprimorado com a inclusão de classes de Filosofia Moral e Racional, Economia Política, Desenho e Figura, Língua Inglesa e Língua Francesa (SAVIANI, 2008). Lembrando que nesse contexto, 1789, mundialmente, estava ocorrendo a Revolução Francesa. Com Pombal, começa-se a se falar em escola, ainda não como acesso de todos, mas já se tem um norte para a existência dos primeiros passos para a construção dessa escola. As condições sócio-econômico-políticas da sociedade brasileira já clamavam por uma escola primária muito mais como etapa fundamental de formação como instrução.

No Brasil Império, reinava, pois, uma educação para a elite que era extremamente bem informada, atualizada e sintonizada. No final do século, novas alterações na dinâmica administrativa transferiram o controle das Aulas, em 1799, para a Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e a censura dos livros e a supervisão e contratação de mestres foi entregue para os bispos e os governadores de capitanias. Em 1808, houve a transferência da Corte para o Brasil e o projeto era manter a elite com formação em ensino superior. Em 1821, foi criado o cargo de

---

<sup>2</sup> Subsídio como imposto para a Coroa

Inspetor dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino, centralizando em si todas as decisões referentes ao ensino público. D. Pedro I, em meio a uma grande crise financeira e institucional.

Na época oitocentista, havia, de certo modo, a ausência do estado, mas havia uma ação planejada para o processo de formação de determinadas classes sociais. Na segunda metade do Século XIX, mais ou menos entre os anos de 1850 a 1890, havia questionamentos sobre os métodos de ensino, pois se pretendia um movimento de popularização, como impulso à instrução elementar, tendo em vista que havia certo distanciamento entre a instrumentalização para o mundo do trabalho.

Durante todo o Período Imperial foi apresentada essa prática de escola pública para os ricos:

Essa prática ambígua atravessou todo o período imperial. O caso do Seminário Episcopal da Conceição, sediado em Cuiabá, cujas aulas se iniciaram em 1854, é muito expressivo. Primeiro estabelecimento de Ensino Médio de Mato Grosso, subordinava-se à diocese da capital (...) (MARTINS, 2000, *Apud*, LOMBARDI, 2005, pp.102/103).

Os acontecimentos da segunda metade do século XIX que refletiram em mudanças na estrutura econômica e social do país durante o período da República Velha, favoreceram o desenvolvimento do mercado interno e o processo de urbanização. A Primeira República começou com a queda da monarquia em 1889 após um golpe de Estado que contou com o apoio de representantes de diferentes grupos sociais da época, nos quais estavam envolvidos os setores progressistas da lavoura, os fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, alguns elementos ligados à indústria, profissionais liberais e militares. Com o fim da República Velha, a Educação passa a ser vista como redentora dos males sociais; há a necessidade de construir a nação: formar o cidadão, o homem público.

Os objetivos das classes dominantes não eram apenas a necessidade de deter o poder econômico, mas o poder político e ideológico. Nagle (2001, p. 143) aponta que:

A passagem de um polo a outro é que vai distinguir o sentido das passagens da década de 1910 para a de 1920. Nesta, os assuntos educacionais vão se acomodando em programas mais amplos, onde ocupam um lugar menos marcante; acontece, que, aqui a escolarização é, apenas um dos elementos que compõem a imagem compreensiva que reflete a gama de problemas nacionais.

Segundo Saviani (2008), a formação educacional brasileira deu-se de diferentes aspectos conforme a classe social a se pretendia formar. No Século XVII, já havia setores organizados das camadas dominantes para a manutenção do *status quo* (estado de dominação) e nesse período

histórico, no Brasil, havia a plena existência da escravidão e dominação. Pretendia-se que a escola brasileira se transformasse radicalmente na década de 1920: nos objetivos, conteúdos e função social.

A República veio acompanhada de uma grande expectativa de um desenvolvimento social, pois o mundo do trabalho estava se tornando industrializado e ainda não tínhamos as estruturas de um Estado Republicano, a não ser uma expectativa de desenvolvimento político, econômico e social. O povo não participou do entusiasmo pela educação, nem do entusiasmo pedagógico. Apenas uma elite, formada por homens intelectuais apresentava essas questões. Nos idos dos anos 1930, há a criação do Ministério da Educação e da Saúde e há anseios por parte da população de maiores níveis instrucionais. O Manifesto dos Pioneiros em 1932, assinado por homens ligados aos movimentos culturais ou políticos, ansiava por mudanças: uma escola que se pretendia verdadeiramente nova (advindo dos ideais escolanovistas) e queriam que a escola fosse gratuita, laica, pública e para todos. As reformas educacionais nos estados a partir do ideário da Escola Nova exigia a reorganização da instrução pública nos estados e no Distrito Federal com maior ênfase às ideias do escolanovismo. Anísio Teixeira, um dos Pioneiros pelo Manifesto da Educação, deu corpo na Bahia a uma nova forma de pensar a educação como democracia e defendia que educação não era privilégio. Ele traçou as primeiras diretrizes para o ensino público e foi progressivamente abandonar os ideais que estavam vigentes à época, com a ruptura a partir do encontro com o livro de Omer Buyse, autor belga, fruto de uma viagem de observação aos Estados Unidos. Nele é apresentado um grande entusiasmo pelo sistema de educação norte-americano, pois este era considerado o responsável pela prosperidade e desenvolvimento da nação americana. Teixeira (1957) mandou traduzir os livros “Métodos Americanos” para entregar aos professores da Bahia, já preocupado com a formação destes.

### **III Considerações sobre política de formação continuada no Brasil: em discussão o PNAIC**

Como nosso objeto de pesquisa é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), escolhemos, dentre tantos outros programas de formação continuada desde a década de 1990, com a implantação de leis (LDB 9394/1996), PCN (1997), RECNEI (1998) e as Bases Curriculares do Século XXI, estudar esse Pacto, tendo em vista os objetivos a que ele se propõe, como, por exemplo contribuir na formação de professores com relação aos seus eixos principais que são cinco:

- 1) Currículo inclusivo, que defende os direitos de aprendizagem de todas as crianças, fortalecendo as identidades sociais e individuais;
- 2) Integração entre os componentes curriculares;
- 3) Foco na organização do trabalho pedagógico;
- 4) Seleção e discussão de temáticas fundantes em cada área de conhecimento;
- 5) Ênfase na alfabetização e letramento das crianças. (PNAIC, 2015)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é uma ação inédita do Ministério da Educação que conta com a participação articulada do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, dispostos a mobilizarem todos os seus esforços e recursos, na valorização dos professores e escolas, no apoio pedagógico com materiais didáticos de alta qualidade para todas as crianças e na implementação dos sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento. Tem o compromisso com a meta de alfabetizar todas as crianças brasileiras até os 8 (oito) anos de idade;

Em 2014, a ênfase do PNAIC baseou-se na formação em Linguagem e, em 2015, na formação em Matemática e Artes. Em 2016, a novidade seria a ampliação para as demais áreas do conhecimento, de forma integrada, abrangendo a educação integral das crianças nesse início de processo de escolarização. O PNAIC oferece toda uma preparação para os profissionais passarem em sala de aula, realizando seu objetivo. Passando para eles toda a formação, dispondo de livros específicos com cada passo assim como os alunos também têm acesso aos livros. Também são disponibilizados jogos a serem trabalhados em sala de aula em forma de dinâmica interdisciplinada.

O PNAIC tem a formação ministrada por orientadores de Universidades Públicas, sejam federais, sejam estaduais, com experiência nas várias áreas do conhecimento e um acompanhamento sistematizado aos professores. O Pacto este ano de 2016, sofreu os impactos de uma política em nosso país que passa por sérias crises e os recursos mesmo orçados e empenhados para esse ano, não foi possível ser realizado e o programa causou vários prejuízos a milhares de crianças e professores que sofrem as consequências tendo em vista que em nosso país, educação não é prioridade. Mesmo com a Campanha da Pátria Educadora, favoritismos políticos e disputas por hegemonia renegam às crianças o direito de aprender. É inacreditável que um país que tenha avançado tanto em suas políticas afirmativas, tenha investido nas áreas sociais, tenha avançado no seu IDEB, retroaja e cause novamente danos às nossas crianças que têm garantido, por lei, o direito de aprender a ler e a escrever na idade certa.

#### **IV Considerações Finais**

Se fizermos uma análise com os períodos históricos por que o Brasil passou, percebemos claramente que são as relações de poder que mandam e desmandam e que pouco muda o pensamento pedagógico brasileiro, pois analisando as práticas das professoras, colaboradoras da

nossa pesquisa, que participaram do PNAIC em 2014 e 2015, percebemos que elas abandonaram o que pactuaram na formação continuada, voltando às velhas práticas, sem inovar, conservando o que já sabiam, sem utilizarem o material do PNAIC que é riquíssimo e apresenta uma fundamentação teórica bem pautada para a melhoria da educação.

O problema de a descontinuidade nas políticas de formação deu-se em razão de uma educação pensada como política de governo e não como política de Estado, pois os investimentos estavam previstos na LOA (Lei Orçamentária Anual) e inclusive com empenho, mas pelas questões político-partidárias, a SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) sofreu os impactos e as formações foram interrompidas, o que não deveria ter ocorrido com uma política pública de tamanho impacto como o PNAIC.

## V REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Organização do trabalho Pedagógico**. Brasília: MEC, SEB, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **CADERNOS DO PNAIC**. Brasília: MEC, SEB, 2015.

COLEÇÃO PENSADORES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Série Domínio Público. Portal do MEC. Acesso em 10 de agosto de 2016.

LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Maria Regina M. e SILVA, Tânia MARA T. (Orgs.). **O Público e o Privado na Educação Brasileira**. Campinas/SP, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade** na 1ª República. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo/SP: Companhia Nacional, 1957.